



## VIII ENCONTRO E DIÁLOGOS COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

### "EM BUSCA DO LUGAR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: A TEORIZAÇÃO DA PRÁTICA E A PRATICABILIDADE DA TEORIA"

#### VIII ENCONTRO E DIÁLOGOS COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

#### EM BUSCA DO LUGAR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: A TEORIZAÇÃO DA PRÁTICA E A PRATICABILIDADE DA TEORIA

O ENCONTRO E DIÁLOGOS COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL – EDEA, É UM EVENTO PROMOVIDO PELOS DISCENTES E DOCENTES DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL – PPGA, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG. EM 2016, O EDEA APRESENTA A SEGUINTE TEMÁTICA: “EM BUSCA DO LUGAR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: A TEORIZAÇÃO DA PRÁTICA E A PRATICABILIDADE DA TEORIA”. O EVENTO SERÁ REALIZADO NOS DIAS 24, 25 E 26 DE OUTUBRO DE 2016, NAS DEPENDÊNCIAS DA FURG, NO CIDEC/SUL, COM O OBJETIVO DE **PROBLEMATIZAR O LUGAR DO EDUCADOR E DA EDUCADORA AMBIENTAL NA CONTEMPORANEIDADE,** ARTICULANDO DE FORMA ESTRATÉGICA AS DIFERENTES ÁREAS E ESPAÇOS DE ATUAÇÃO DESTES PROFISSIONAIS NA SOCIEDADE.

**O VIII EDEA PROPÕE ESTABELECEER UM DIÁLOGO MEDIADO PELA ANÁLISE CONJUNTURAL,** NO ESFORÇO DE CONSTRUÍRMOS UMA ESTRUTURA TEÓRICO/PRÁTICA NECESSÁRIA À ELABORAÇÃO DE CAMINHOS QUE NOS POSSIBILITEM IDENTIFICAR E ENFRENTAR COLETIVAMENTE OS LIMITES SOCIETÁRIOS QUE PRODUZEM A ATUAL CRISE SOCIOAMBIENTAL. DESTA FORMA, A DINÂMICA DO EVENTO ESTÁ COMPOSTA PELOS SEGUINTE ESPAÇOS: TRÊS PAINÉIS DE COLABORAÇÃO TEÓRICO/PRÁTICA, QUE DEVERÃO CONTRIBUIR PARA O AMADURECIMENTO DAS REFLEXÕES SOBRE A PRÁXIS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL; EIXOS TEMÁTICOS NOS QUAIS OS PARTICIPANTES PODERÃO DIALOGAR SOBRE AS PRÁTICAS E TEORIAS QUE SE CONSTITUEM NO COTIDIANO DAS QUESTÕES AMBIENTAIS E DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS; OFICINAS E UMA MESA REDONDA COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS.



**Qual é a conjuntura do debate ambiental,  
*na perspectiva da Ecologia Política?***

**Pensar a 'questão' ambiental considerando suas determinações sociopolíticas e econômicas, referenciadas no território, no estilo de desenvolvimento e na conjuntura geopolítica global: pensar os fundamentos do modelo societário que implicam na degradação ambiental.**

**A reflexão ecopolítica da 'questão' ambiental vai além da lista dos grandes problemas ambientais a enfrentar (desmatamento, erosão da biodiversidade, perda de biomas, extinção de espécies, esgotamento dos recursos naturais, poluição tóxica, resíduos sólidos, mudanças climáticas, escassez hídrica)**

**E ao articular o debate ambiental com os fatores econômicos, institucionais, políticos, legais e ideológicos, visualiza outras ordens de 'problemas ambientais': desqualificação discursiva do *ethos* ecologista preservacionista e crítico, alteração de marcos regulatórios, afrouxamento de legislação ambiental, sucateamento do aparato político-administrativo da gestão ambiental pública, violência simbólica e física contra lideranças ambientalistas, conflitos e injustiça socioambientais...**



## Isso permite que se veja que...

**O atual contexto de todos esses 'recuos', 'retrocessos', 'perdas' e 'derrotas' ambientais, é o do signo do **Anti-Ecologismo**, o nascimento de uma nova era da luta ambiental que têm interrompido o (primeiro) ciclo ambiental (1972-2007); caracterizado pela **desregulação ambiental pública** como política estruturante de um modelo de desenvolvimento pautado pelo **setor primário da economia**, perfeitamente alinhado com o quadro **neoliberal** do atual contexto geopolítico latino-americano e internacional (que precisa reduzir seus custos de produção para alavancar o novo ciclo de expansão do capital).**

**Ou seja, estamos diante de uma conjuntura completamente nova, radicalmente diferente dos últimos 40 anos, onde a correlação de forças no antagonismo ecologia x economia mudou de polaridade.**

**1ª fase  
período formativo:**

Bissetorialismo  
(1971 - 1981)

**2ª fase  
ecologismo em  
transição:**

Politização do  
movimento  
(1982 - 1985)

**3ª fase  
ampliação:**

Surgimento do  
ambientalismo  
multissetorial,  
institucionalização e  
DS  
(1986 - 1991)

**4ª fase  
consolidação do  
multissetorialismo:**

Pragmatismo e perda  
da radicalidade do  
movimento  
(1992 - 2002)

**5ª fase  
Anti-Ecologismo e a  
retração do  
ambientalismo:**

Desqualificação  
discursiva, retrocesso  
legislação ambiental,  
fragilização  
institucional

Período da 'bonança' ambiental, a era de ouro do ambientalismo

## SETOR PRIMÁRIO DA ECONOMIA

Agricultura  
Pecuária  
Extrativismo Vegetal  
Caça  
Pesca  
Mineração  
Água e Energia

## GRANDES OBRAS DE INFRA- ESTRUTURA

Portos  
Aeroportos  
Terminais marítimos  
Estaleiros  
Plataformas petrolíferas  
Refinarias  
Termoelétricas  
Hidrelétricas  
Aerogeradores  
Oleodutos  
Linhas de transmissão  
Transposição de rios

COMMODITIES

No espírito do Neoliberalismo, os controles regulatórios estatais ambientais que limitem a expressão da livre-iniciativa do mercado, são um obstáculo a ser superado.

# Narrativas discursivas do Anti-Ecologismo:

o signo da urgência da 'crise econômica' supera o da 'crise ecológica' e a profecia apocalíptica não convence mais



1. **Prevalência da relevância socioeconômica** sobre a proteção ambiental (crescimento econômico, geração de emprego, obras estratégicas de infraestrutura, manutenção do título de 'agricultura mais produtiva do mundo')
2. '**Exigências**' ambientais **intransigentes**, que atuam como fatores restritivos ou impeditivos do desenvolvimento
3. **Segurança jurídica** com relação aos marcos legais regulatórios da proteção ambiental (flexibilidade e atualização)
4. **Autonomia federativa** para competências partilhadas entre entes da União
5. **Eficácia institucional** e **racionalidade administrativa** na gestão ambiental pública
6. **Economicidade** nos custos da gestão ambiental
7. **Celeridade** na burocracia dos procedimentos de gestão ambiental
8. **Compatibilização e equilíbrio** entre proteção ambiental e desenvolvimento econômico
9. "**Modernização**", "**reforma**" e "**reestruturação**" dos 'antigos' marcos regulatórios ambientais

WE'VE GOT TO  
HAND IT TO THEM.

# Estratégias de ação do Anti-Ecologismo

SETOR	MACROESTRATÉGIA	AÇÃO
ESFERA SOCIETÁRIA	DESQUALIFICAÇÃO DISCURSIVA DO ECOLOGISMO 'RADICAL' (intransigente) E LEGITIMAÇÃO IDEOLÓGICA DO AMBIENTALISMO 'MODERADO' (flexível) {presentes na literatura, humor, mídia, redes sociais, política}	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. NEGAÇÃO DA CRISE AMBIENTAL</li> <li>2. RIDICULARIZAÇÃO DO TOM ALARMISTA DAS PREVISÕES CATASTROFISTAS</li> <li>3. ACUSAÇÃO DE FALTA DE OBJETIVIDADE OU USO DE DADOS MANIPULADOS</li> <li>4. ROTULAÇÃO COMO ANTI-HUMANISTA E TECNÓFOBO</li> <li>5. DEBOCHE COM EXCESSIVO ZELO PRESERVACIONISTA ROMÂNTICO, INGÊNUO E INFANTIL</li> <li>6. ACUSAÇÃO DE EXCESSIVO RIGOR E EXAGERO COM UMA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL PERFECCIONISTA</li> <li>7. ROTULAÇÃO PEJORATIVA COMO 'ECOCHATO', 'ECOXIITA', 'ECOHISTÉRICO' 'BIODESAGRADÁVEL', 'ECOPALERMA', 'VEGANGÉLICO', ETC.</li> <li>8. OCULTAMENTO DE INTERESSES COLONIALISTAS</li> <li>9. OCULTAMENTO DE INTERESSES ANTI-CAPITALISTAS</li> </ol>
ESFERA LEGISLATIVA (PARLAMENTO)	RETROCESSO NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL POR MEIO DA ALTERAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS LEGAIS	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. CÓDIGO FLORESTAL</li> <li>2. CÓDIGO MINERAÇÃO</li> <li>3. CAVIDADES NATURAIS</li> <li>4. CÓDIGO AMBIENTAL UFs</li> <li>5. LICENCIAMENTO AMBIENTAL</li> <li>6. COMPENSAÇÃO AMBIENTAL</li> <li>7. SNUC</li> <li>8. ESPÉCIES PROTEGIDAS</li> </ol> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. PERMISSIVIDADE DE ATIVIDADE PRODUTIVA EM ÁREA PROTEGIDA</li> <li>2. DESOBRIGAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA</li> <li>3. AFROUXAMENTO DO DIAGNÓSTICO PRÉVIO (EIA/RIMA) À INSTALAÇÃO DE EMPREENDIMENTO</li> <li>4. AUTOLICENCIAMENTO AMBIENTAL DAS EMPRESAS</li> <li>5. FIXAÇÃO DE PRAZO PARA EMISSÃO DE LICENÇA</li> <li>6. FIXAÇÃO DE TETO PARA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL</li> <li>7. REDUÇÃO DE ÁREA E RECLASSIFICAÇÃO DE UC</li> <li>8. LIBERAÇÃO DE EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DE FAUNA AMEAÇADA</li> </ol>
ESFERA EXECUTIVA (GOVERNO)	SUCATEAMENTO DO APARATO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DA GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. TRANSFERÊNCIA DO PODER DECISÓRIO</li> <li>2. RETIRADA DE COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS</li> <li>3. EXTINÇÃO DE ÓRGÃO AMBIENTAL</li> <li>4. REDUÇÃO DE VERBAS PARA ÁREA AMBIENTAL</li> <li>5. REDUÇÃO DE CORPO TÉCNICO (ANALISTA AMBIENTAL)</li> <li>6. APARELHAMENTO POLÍTICO DO ÓRGÃO AMBIENTAL (conflito de interesse)</li> <li>7. INCENTIVO À ATIVIDADE ECONÔMICA SEM CONTRAPARTIDA AMBIENTAL</li> </ol>
ESFERA JUDICIÁRIA (JUSTIÇA)	VIOLÊNCIA SIMBÓLICA	INTIMIDAÇÃO, REPRESSÃO, AMEAÇA DE PROCESSO JUDICIAL, DETENÇÃO, CONDENAÇÃO PENAL, AMEAÇA DE MORTE
	VIOLÊNCIA FÍSICA	AGRESSÃO FÍSICA E ASSASSINATO DE LIDERANÇAS AMBIENTALISTAS

“

A questão ambiental no Brasil é muito importante para ficar nas mãos dos ambientalistas.

”



Joelson Beting

"A crítica dos ambientalistas radicais é a melhor forma de endosso. Isso me dá satisfação. Isso mostra que estou no caminho certo e fazendo o papel certo. Há muitas coisas freando o progresso: a questão ambiental, a questão indígena e outras. Mas mesmo assim continuamos obtendo altos índices de produtividade. Imagine o quão alto eles poderiam chegar sem esses obstáculos."

**"Rainha da motosserra" brasileira ataca ambientalistas**

Jonathan Watts / The Guardian - 09/05/14



“Era um sonho, uma utopia que não é verdadeira. Temos que assumir isso com muita tranquilidade, porque desmatamos não foi para deixar ao vento e ao léu. Foi para fazer uma das melhores e mais produtivas agriculturas do mundo.”



Pronunciamento de Katia Abreu em balanço de fim de ano (15 /11/2015)

## “Não sou eco-histérica nem biodesagradável”: Izabella Teixeira ofende ambientalistas em entrevista

*Compensa as emissões das suas viagens áreas?*

*“No ministério, temos compensação por reflorestação. As viagens particulares compro numa agência que contribui para um fundo para a Mata Atlântica. Sou CFC free. Uso sacola de pano, tenho grades, caixas no carro para fazer compras no mercado. Faço tudo aquilo que um cidadão de classe média, que tem acesso a informação, pode fazer. Não sou eco-histérica, nem biodesagradável. Mas sou uma cidadã consciente.”*



Faltou usar mais chavões para remeter aos militantes ecológicos. Faltou dizer que não é “ecochata”, “natureba”, “bicho-grilo”, “abraça-árvore”, “vegangélica”, “ecotalibã”... Tudo aquilo que os ambientalistas ouviam direto no passado e ainda ouvem um pouco hoje em dia. Uma indireta extremamente grosseira aos ambientalistas. Aliás, um insulto também a quem faz mais do que ela individual e coletivamente em prol do meio ambiente. E olhem que isso partiu de uma ministra de Meio Ambiente, que não tolera o ambientalismo, tachando quem levanta tal bandeira como “histéricos” e “desagradáveis”. Para ela, há dois níveis de pessoas conscientes: os cidadãos comuns que fazem o possível individualmente e os “histéricos” e “desagradáveis” que ousam “converter” a população ao que ela deve pensar como o “ecochatismo” e exercer pressão política para parar projetos insustentáveis.

# REDUÇÃO DE ÁREA AMBIENTAL PROTEGIDA

## PERMISSIVIDADE DE ATIVIDADE PRODUTIVA EM ÁREA AMBIENTAL PROTEGIDA

### DESOBRIGAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA

Novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012, que revogou a Lei nº 4.771/65) é aprovado com 274 votos a favor e 184 contra

*"Ninguém mais é obrigado a preservar as florestas. O que ele pode é ser obrigado a plantar de novo (e com espécies exóticas)"*



Márcio Santilli

**Ambientalistas veem texto de Dilma para o Código Florestal como derrota**  
**'É a morte da legislação florestal brasileira', diz integrante de ONG.**

1. Criação de "área rural consolidada" para ocupações ilegais ocorridas até julho de 2008;
2. Desobrigação de Reserva Legal para desmatamentos ilegais em imóveis rurais baseado no tamanho das propriedades e não no modelo de produção familiar, anistiando mais de 90% dos imóveis de todo país;
3. Desobrigação de recomposição de APPs (mata ciliar) em até 80% em relação ao patamar até então vigente. No Código antigo a recomposição variava de 30 a 500m, na nova lei a APP a ser recomposta será de 5m a 100m;
4. Desobrigação de recomposição de APP de topo de morro e encostas, mantendo inclusive pecuária;
5. Desobrigação de recomposição de APP de nascentes, olhos d'água, lagos e lagoas naturais entre 80 e 50% ;
6. Anistia das ocupações em manguezal ocupados até julho de 2008 e permissão de novas ocupações em até 35% na Mata Atlântica e 10% na Amazônia;
7. Redução de Reserva Legal na Amazônia, nos Estados com 65% de UC+TI ou Municípios com mais de 50% de UC+TI. Esse dispositivo afeta 80 municípios na Amazônia e todos os municípios do Amapá;
8. Desobrigação de recomposição em APP com espécies nativas;
9. Veto ao único incentivo econômico para recomposição de APP, pois tal medida contraria interesse nacional;
10. Redução de até 90% em alguns casos de APP de topo de morro.

PERMISSIVIDADE DE ATIVIDADE PRODUTIVA EM ÁREA AMBIENTAL

TRANSFERÊNCIA DE PODER DECISÓRIO DO ÓRGÃO AMBIENTAL FEDERAL

MINEIRAÇÃO SUSTENTÁVEL? RECUPERAÇÃO? COMPENSAÇÃO?

# NÃO AO NOVO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO

PL 37/2011

## Novo Código de Mineração

O Projeto de Lei (no âmbito da Agenda Brasil), **permite a exploração mineração em áreas protegidas**; cria uma agência reguladora da mineração com **poder de autorização ou veto de atividades** (como a criação de UCs) que possam criar impedimentos à mineração.

Leonardo Quintão  
(relator,  
PMDB/MG)

NOVO MARCO DA MINERAÇÃO  
MAIS COMPETITIVIDADE, MAIS RIQUEZA PARA O BRASIL.



Sarney Filho



**Decreto nº 6.640, de 07 de novembro de 2008**, que dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional (substituindo o Decreto nº 99.556/90 que preservava integralmente todas as cavernas), permitirá a destruição de pelo menos 70% das cavernas, mediante processos de licenciamento e compensação ambiental. Agora, apenas cavernas classificadas com grau de relevância máximo será considerada intocável, as demais categorias (relevância alta média ou baixa) poderão ser objeto de impactos negativos irreversíveis, mediante licenciamento ambiental.

**PERMISSIVIDADE DE ATIVIDADE PRODUTIVA EM  
ÁREA AMBIENTAL PROTEGIDA**

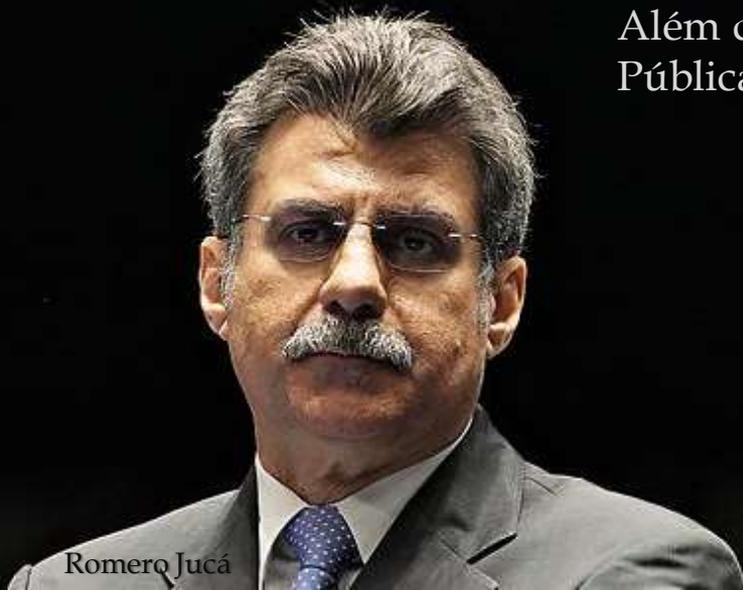


# FIXAÇÃO DE PRAZO MÁXIMO PARA CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL

PLS nº 654/2015, sobre “**Licenciamento Ambiental Especial**”, de autoria do senador Romero Jucá (PMDB/RR), criado no âmbito da Agenda Brasil:

“Rito sumário” de oito meses como prazo máximo para concessão de Licença Ambiental para obras de infraestrutura consideradas estratégicas e de interesse nacional (sistemas viário, hidroviário, ferroviário e aeroviário; portos e instalações portuárias; energia; telecomunicações; e exploração de recursos naturais). Se o órgão licenciador não se manifestar dentro do prazo, a **licença é automaticamente concedida**. Mesmo que seja uma obra impactante.

Além disso, não há previsão de realização de Audiências Públicas no rito do LAE neste PLS.



Romero Jucá

“O rito do licenciamento ambiental freia o desenvolvimento brasileiro”

Comissão de Desenvolvimento Nacional do Senado aprovou o PL, no dia 25 de novembro de 2015, por 7 votos a 2. O próximo passo é o Plenário.



Blairo Maggi (relator da matéria)



DECRETO Nº 6.848, DE 14 DE MAIO DE 2009.

Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, para regulamentar a compensação ambiental.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000,

DECRETA:

# ESTABELECEMENTO DE LIMITE FINANCEIRO MÁXIMO PARA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Art. 1º Os arts. 31 e 32 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 31. Para os fins de fixação da compensação ambiental de que trata o art. 36 da Lei nº 9.985, de 20 de julho de 2000, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA estabelecerá o grau de impacto a partir de estudo prévio de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, ocasião em que considerará, exclusivamente, os impactos ambientais negativos sobre o meio ambiente.

§ 1º O impacto causado será levado em conta apenas uma vez no cálculo.

§ Em nome da “segurança jurídica” do setor produtivo, o Decreto nº 6848/2009 estipula um teto máximo para a compensação ambiental de grandes empreendimentos, correspondente a 0,5% do valor da obra; ao invés da vinculação do pagamento da multa ao grau do impacto ambiental, como era antes.

**A medida favoreceu a redução dos custos da exploração de petróleo no Pré-Sal.**

II - avaliar e auditar, periodicamente, a metodologia e os procedimentos de cálculo da compensação ambiental, de acordo com estudos ambientais realizados e percentuais definidos;

III - propor diretrizes necessárias para agilizar a regularização fundiária das unidades de conservação; e

IV - estabelecer diretrizes para elaboração e implantação dos planos de manejo das unidades de conservação.” (NR)

Art. 2º O Decreto nº 4.340, de 2002, passa a vigorar acrescido dos seguintes artigos:

Art. 31-A. O Valor da Compensação Ambiental - CA será calculado pelo produto do Grau de Impacto - GI com o Valor de Referência - VR, de acordo com a fórmula a seguir:

$CA = VR \times GI$ , onde:

CA = Valor da Compensação Ambiental;

VR = somatório dos investimentos necessários para implantação do empreendimento, não incluídos os investimentos referentes aos planos, projetos e programas exigidos no procedimento de licenciamento ambiental para mitigação de impactos causados pelo empreendimento, bem como os encargos e custos incidentes sobre o financiamento do empreendimento, inclusive os relativos às garantias, e os custos com apólices e prêmios de seguros pessoais e reais; e

GI = Grau de Impacto nos ecossistemas, podendo atingir valores de 0 a 0,5%.

§ 1º O GI referido neste artigo será obtido conforme o disposto no Anexo deste Decreto.

§ 2º O EIA/RIMA deverá conter as informações necessárias ao cálculo do GI.

## UCs BRASILEIRAS COM MENOS CINCO MILHÕES DE HECTARES EM TRÊS DÉCADAS

No Brasil, a duração do status de uma Unidade de Conservação pode ser passageiro. Foi essa a conclusão do estudo Rebaixamento, Redução, Extinção e Reclassificação de Áreas Protegidas no Brasil, elaborado pela UFPE e a Imazon. Em 31 anos foram realizadas 93 alterações em UCs em 16 estados brasileiros, o que fez com que elas perdessem 5,2 milhões de hectares, uma área maior do que o estado do Rio de Janeiro. O estudo indica que o fenômeno está se intensificando. A partir de 2008, essas alterações se tornaram mais frequentes, sendo que 74% delas ocorreram entre 2008 e 2012.

A criação de infraestrutura de geração e transmissão de energia está entre as principais causas das alterações das UCs. Entre 2010 e 2012, 19 UCs sofreram redução de limites ou de proteção devido a estes investimentos. Um exemplo foi a transformação do Parque Estadual Nhamundá, no Amazonas, em Área de Proteção Ambiental Guajuma, em 2009: a mudança de classificação reduziu as restrições de uso para permitir a passagem do Linhão de Tucuruí, e foi aprovada pela Assembleia Legislativa do estado. Os planos para a construção de seis usinas hidrelétricas do Complexo Tapajós, também afetaram UCs. Em janeiro de 2012, o governo federal publicou uma Medida Provisória excluindo 91.308 hectares de sete UCs, cinco delas na região do Tapajós. Os pesquisadores também advertem para os impactos das alterações nas restrições de uso, como o caso de Anavilhanas, no Amazonas, que passou da categoria de Estação Ecológica para a de Parque Nacional, para permitir a atividade turística no arquipélago.

## **Mais de 400 projetos tramitam no Congresso para redefinir limites de UCs**

Não é de hoje que as UCs se tornaram alvo disputado pelo agronegócio e seus representantes no Congresso Nacional. Levantamento do MMA identificou mais de 400 Projetos de Lei em tramitação no Congresso para redefinir os limites de UCs. Os Projetos de Lei em análise no Congresso buscam, em sua maioria, reduzir, extinguir ou flexibilizar inúmeras UCs no país.

Em 2011, foram três os Parques Nacionais na Amazônia que tiveram seus limites alterados para abrigar lagos e canteiros de obras das hidrelétricas de Tabajara, Santo Antônio e Jirau, em Rondônia. A Medida Provisória editada pela presidente Dilma Rousseff também autorizou a exploração mineral no entorno de dois dos parques. Foram modificados ainda os limites dos Parques Nacionais da Amazônia, Campos Amazônicos e Mapinguari.

Em 2012, a presidente Dilma enviou ao Congresso a Medida Provisória 558, que alterou os limites de oito UCs federais, todas dentro da Amazônia Legal. O objetivo das mudanças nos limites das áreas era atender aos interesses do Ministério de Minas e Energia para a construção do Complexo Hidrelétrico Tapajós.

# COM PERNAMBUCO, O BRASIL PRODUZ MAIS ENERGIA EÓLICA. O PLANETA AGRADECE.



O Brasil possui a maior fonte de energia renovável do mundo. No setor eólico, tem potencial para gerar aproximadamente 143,5GW. A região Nordeste concentra metade desse potencial. Pernambuco é o primeiro estado brasileiro a atrair fabricantes de todos os equipamentos da cadeia produtiva que transforma esse vento em energia limpa. No Complexo Industrial Portuário de Suape, quatro empresas estão formando um polo para geração de energia eólica. Duas delas já começaram a funcionar. Até 2013, o Estado vai produzir torres, hélices e turbinas. Incentivando a energia eólica, Pernambuco contribui para um futuro cada vez mais sustentável.



**PERNAMBUCO**  
GOVERNO DO ESTADO  
O FUTURO A GENTE FAZ AGORA



## Aprovada recategorização do Refúgio “Tatu-Bola”

Oito meses depois de criado, o Decreto nº 41546/2015 é anulado e o Refúgio da Vida Silvestre Tatu-Bola deixa de existir. O governo de Pernambuco vai transformar o local em APA. O Refúgio nasceu no contexto do Mascote da Copa.

A versão oficial diz que o governo cedeu à pressão dos pequenos agricultores, que se rebelaram após a circulação de boatos de que poderiam ser desapropriados. Na versão dos criadores do Refúgio, o governo tem interesse em deixar a área livre para a instalação de usinas eólicas. Mas não haveria desapropriações e os tipos de uso do solo (agricultura de pequeno porte e criação de caprinos) era compatível.

Enquanto a Secretaria de Meio Ambiente alega que a rapidez na criação do Refúgio contribuiu para causar pânico e desinformação entre os sertanejos, os pesquisadores que a propuseram culpam as empresas de energia eólica pela extinção da unidade. Eles acreditam que o potencial eólico dos municípios abarcados pelo Refúgio (Petrolina, Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista) foi a razão que selou o seu fim. Para fundamentar essas suspeitas, lembram que Pernambuco flexibilizou sua legislação ambiental para favorecer investimentos em energia eólica: esse rebaixamento de categoria integra um pacote de medidas (PL 407, que desburocratiza a concessão de licença ambiental; e PL 396, que retira a proteção de topo de morro acima de 750 m).

## Portaria libera pesca durante período reprodutivo de peixes

Portaria Interministerial (Ministério da Agricultura e MMA) nº 192, de outubro de 2015, suspende por 120 dias, prorrogáveis por mais 120 dias, dez portarias ou instruções normativas que proíbem a pesca de várias espécies e a extração de ostras durante o período de reprodução. Se pretende suspender o Defeso para recadastrar os pescadores artesanais e revisar os períodos e as áreas protegidas.

Em setembro, Joaquim Levy questionou o gasto público com o seguro-defeso. *“Em poucos anos, chegou-se a gastar R\$ 3 bilhões com o seguro-defeso. Eu não sei qual é a contribuição da pesca para o PIB, mas R\$ 3 bilhões apenas para proteger o estoque de peixe é um número significativo, e não é evidente que esse mecanismo esteja alcançando a proteção efetiva”*.

Nota da ministra Kátia Abreu afirma que *“A suspensão das instruções normativas coincide com o fim do período de proibição da pesca e da consequente liberação da atividade pelos próximos oito meses. Assim, não há prejuízo social para os pescadores e nem risco predatório para o meio ambiente.”*

A questão é que a **maioria** das portarias suspensas proíbem a pesca exatamente dentro desse período que a pesca ficará liberada (e os pescadores não receberão o seguro-defeso), considerando a prorrogação do prazo (ao mencionar oito meses de prazo, já se considera fato consumado a prorrogação por mais 120 dias, liberando a pesca até início de junho). O argumento de cadastramento dos beneficiários do Bolsa Pesca é válido, principalmente porque uma auditoria do Tribunal de Contas da União denunciou desvios de mais de R\$ 19 milhões em pagamentos irregulares do seguro-defeso. Mas o governo precisa resolver o problema das bolsas sem criar um problema para a biodiversidade.

**Em dezembro de 2015 o Congresso Nacional derrubou a Portaria Interministerial nº 192.**

## Comissão da Agricultura derruba projeto de proteção do bioma marinho

O Projeto de Lei nº 6.969/2013, de autoria do deputado Sarney Filho (PV-MA), que institui a Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro, foi rejeitado em junho de 2015 pela Comissão de Agricultura na Câmara dos Deputados. Embora houvesse um requerimento de audiência pública do deputado Evair de Melo (PV-ES) para que o tema fosse discutido antes da votação do relatório, o presidente da Comissão, deputado Irajá Abreu (PSD-TO), vinculado à bancada ruralista, decidiu não incluir o requerimento na pauta. O relator do projeto, deputado Alexandre Baldy (PSDB-GO) afirmou que “A instituição da PNCMar, nos moldes propostos, [...] acarretaria um desequilíbrio, comprometendo a eficiência e a competitividade de setores produtivos como o agropecuário, o pesqueiro e o aquícola”.

Conhecido como Lei do Mar, o texto articulou diversos setores para propor mecanismos de promoção do uso dos recursos marinhos e costeiros com conservação da biodiversidade. A criação coletiva garantiu que o texto não se baseasse apenas em princípios de conservação ambiental, mas que trouxe também o planejamento espacial marinho, que considera as aptidões naturais das regiões e compatibiliza os diversos usos, inclusive econômico, do mar.

“Foi um grande erro. Esse projeto não fere os interesses do setor produtivo. Aqueles que insistem em antagonizar ambientalismo e produção prestam um grande desserviço ao Brasil”, avaliou Sarney Filho. “Existem e sempre existiram portas abertas para o debate, aprimoramentos e modificações no texto, mas parece que descartar o esforço sem construir propostas conjuntas foi o caminho escolhido”.

## Ruralistas estão de olho na lista de animais em extinção

A bancada ruralista não dorme em serviço e já colocou na lista de suas preocupações a Portaria nº 443/14 do Ministério do Meio Ambiente sobre animais e plantas ameaçadas de extinção. De acordo com nota publicada pela Frente Parlamentar da Agropecuária, não ficou claro qual foi o critério usado pelo ministério para proteger cada uma dessas espécies. Eles consideram **a lista com duas mil espécies restritiva demais** e vão entrar com pedidos de esclarecimentos para ter acesso aos estudos técnicos que fundamentaram a portaria. Para ser exato, a bancada entrará com dois mil pedidos de requerimentos no MMA. Um para cada espécie incluída na lista vermelha. O objetivo é abarrotar o órgão com papelada, numa tentativa de demonstrar insatisfação por uma medida que os ruralistas consideram exagerada.



FRENTE PARLAMENTAR  
DA AGROPECUÁRIA



Centro das Indústrias Produtoras e Exportadoras  
de Madeira do Estado de Mato Grosso.

Marilene Ramos, presente do IBAMA, defendeu em dezembro de 2015, o autolicenciamento ambiental das empresas, com fiscalização posterior.

## TRANSFERÊNCIA DE PODER DECISÓRIO DO ÓRGÃO AMBIENTAL FEDERAL

PROPOSTA DA INDÚSTRIA PARA O APRIMORAMENTO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL:

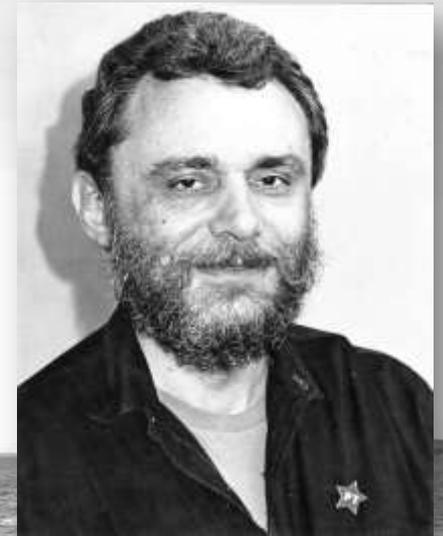
# SETOR ELÉTRICO

*“Num prazo bem longo, não sei precisar se em 20 anos ou antes, vejo o licenciamento ambiental embasado no autolicenciamento, onde não vou precisar mobilizar centenas de técnicos”*

*“Visualizo no longo prazo que empreendimentos tenham conhecimento e autonomia suficiente para fazer o que se espera deles em relação à preservação ambiental”*



João Batista Petersen (1948-1998)



Promotor de Justiça, atuou de 1986 a 1988 na Curadoria do Meio Ambiente do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Por causa de suas inúmeras ações em defesa da qualidade ambiental, especialmente a Ação Civil Pública pelo fechamento de Angra I, o então governador Moreira Franco extinguiu a Curadoria do Meio Ambiente, como uma forma de silenciar suas batalhas.

## NOTA PÚBLICA CONTRA O DESMONTE DA POLÍTICA AMBIENTAL BRASILEIRA

## Dia do Meio Ambiente: Comemorar o que?

As organizações da sociedade civil abaixo assinadas vêm a público manifestar, durante a semana do meio ambiente, sua extrema preocupação com os rumos da política socioambiental brasileira e afirmar, com pesar, que esta não é uma ocasião para se comemorar. É sim momento de repúdio à tentativa de desmonte do arcabouço legal e administrativo de proteção ao meio ambiente arduamente construído pela sociedade nas últimas décadas. Recentes medidas dos poderes Executivo e Legislativo, já aprovadas ou em processo de aprovação, demonstram claramente que a lógica do crescimento econômico a qualquer custo vem solapando o compromisso político de se construir um modelo de desenvolvimento socialmente justo, ambientalmente adequado e economicamente sustentável.

1. Já em novembro de 2008 o Governo Federal cedeu pela primeira vez à pressão do lobby da insustentabilidade ao modificar o decreto que exigia o cumprimento da legislação florestal (Decreto 6514/08) menos de cinco meses após sua edição.

2. Pouco mais de um mês depois, revogou uma legislação da década de 1990 que protegia as cavernas brasileiras para colocar em seu lugar um decreto que põe em risco a maior parte de nosso patrimônio espeleológico. A justificativa foi que a proteção das cavernas, que são bens públicos, vinha impedindo o desenvolvimento de atividades econômicas como mineração e hidrelétricas.

3. Com a chegada da crise econômica mundial, ao mesmo tempo em que contingenciava grande parte do já decadente orçamento do Ministério do Meio Ambiente (hoje menor do que 1% do orçamento federal), o governo baixava impostos para a produção de veículos automotores. Fazia isso sem qualquer exigência de melhora nos padrões de consumo de combustível ou apoio equivalente ao desenvolvimento do transporte público, indo na contramão da história e contradizendo o anúncio feito meses antes de que nosso País adotaria um plano nacional de redução de emissões de gases de efeito estufa.

4. Em fevereiro deste ano uma das medidas mais graves veio à tona: a MP 458 que, a título de regularizar as posses de pequenos agricultores ocupantes de terras públicas federais na Amazônia, abriu a possibilidade de se legalizar a situação de uma grande quantidade de grileiros, incentivando, assim, o assalto ao patrimônio público, a concentração fundiária e o avanço do desmatamento ilegal. Ontem (03/06) a MP 458 foi aprovada pelo Senado Federal.



<http://www.universia.com.br>

5. Enquanto essa medida era discutida - e piorada - na Câmara dos Deputados, uma outra MP (452) trouxe, de contrabando, uma regra que acaba com o licenciamento ambiental para ampliação ou revitalização de rodovias, destruindo um dos principais instrumentos da política ambiental brasileira e feita sob medida para se possibilitar abrir a BR 319 no coração da floresta amazônica, com motivos por motivos político-eleitorais. Essa MP caiu por decurso de prazo, mas a intenção por trás dela é a mesma que vem guiando a crescente politização dos licenciamentos ambientais de grandes obras a cargo do IBAMA, cuja diretoria reiteradamente vem desconhecendo os pareceres técnicos que recomendam a não concessão de licenças para determinados empreendimentos.

6. Diante desse clima de desmonte da legislação ambiental, a bancada ruralista do Congresso Nacional, com o apoio explícito do Ministro da Agricultura, se animou a propor a revogação tácita do Código Florestal, pressionando pela diminuição da reserva legal na Amazônia e pela anistia a todas as ocupações ilegais em áreas de preservação permanente. Essa movimentação já gerou o seu primeiro produto: a aprovação do chamado Código Ambiental de Santa Catarina, que diminui a proteção às florestas que preservam os rios e encostas, justamente as que, se estivessem conservadas, poderiam ter evitado parte significativa da catástrofe ocorrida no Vale do Itajaí no final do ano passado.

7. A última medida aprovada nesse sentido foi o Decreto 6848, que, ao estipular um teto para a compensação ambiental de grandes empreendimentos, contraria decisão do Supremo Tribunal Federal, que vinculou o pagamento ao grau dos impactos ambientais, e rasga um dos pontos principais da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, assinada pelo País em 1992, e que determina que aquele que causa a degradação deve ser responsável, integralmente, pelos custos sociais dela derivados (princípio do poluidor-pagador). Agora, independentemente do prejuízo imposto à sociedade, o empreendedor não terá que desembolsar mais do que 0,5% do valor da obra, o que desincentiva a adoção de tecnologias mais limpas, porém mais caras.

8. Não fosse pouco, há um ano não são criadas unidades de conservação, e várias propostas de criação, apesar de prontas e justificadas na sua importância ecológica e social, se encontram paralisadas na Casa Civil por supostamente interferirem em futuras obras de infra-estrutura, como é o caso das RESEX Renascer (PA), Montanha-Mangabal (PA), do Baixo Rio Branco-Jauaperi (RR/AM), do Refúgio de Vida Silvestre do Rio Tibagi (PR) e do Refúgio de Vida Silvestre do Rio Pelotas (SC/RS).



<http://centrodeestudosambientais.files.wordpress.com>

Diante de tudo isso, e de outras propostas em gestação, não podemos ficar calados, e muito menos comemorar. Esse conjunto de medidas, se não for revertido, jogará por terra os ténues esforços dos últimos anos para tirar o País do caminho da insustentabilidade e da dilapidação dos recursos naturais em prol de um crescimento econômico ilusório e imediato, que não considera a necessidade de se manter as bases para que ele possa efetivamente gerar bem-estar e se perpetuar no tempo.

Queremos andar para frente, e não para trás. Há um conjunto de iniciativas importantes, que poderiam efetivamente introduzir a variável ambiental em nosso modelo de desenvolvimento, mas que não recebem a devida prioridade política, seja por parte do Executivo ou do Legislativo federal. Há anos aguarda votação pela Câmara dos Deputados o projeto do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) Verde, que premia financeiramente os estados que possuem unidades de conservação ou terras indígenas. Nessa mesma fila estão dezenas de outros projetos, como o que institui a possibilidade de incentivo fiscal a projetos ambientais, o que cria o marco legal para as fontes de energia alternativa, o que cria um sistema de pagamento por serviços ambientais, dentre tantos que poderiam fazer a diferença, mas que ficam obscurecidos entre uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI e outra. E enquanto o BNDES ainda tem em sua carteira preferencial os tradicionais projetos de grande impacto ambiental, os pequenos projetos sustentáveis não têm a mesma facilidade e os bancos públicos não conseguem implementar sequer uma linha de crédito facilitada para recuperação ambiental em imóveis rurais.

Nesse dia 05 de junho, dia do meio ambiente, convocamos todos os cidadãos brasileiros a refletirem sobre as opções que estão sendo tomadas por nossas autoridades nesse momento, e para se manifestarem veementemente contra o retrocesso na política ambiental e a favor de um desenvolvimento justo e responsável.

Brasil, 05 de junho de 2009.

### Assinam:

Aliança Camponesa Ambientalista  
Amigos da Terra - Amazônia Brasileira  
Associação Movimento Ecológico Carijós - AMECA  
Associação Alternativa Terrazul  
Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida - APREMAVI  
Conservação Internacional - Brasil  
Fundação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional - FASE  
Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - FBOMS  
Greenpeace  
Grupo Ambiental da Bahia - GAMBA  
Grupo Pau Campeche  
Grupo de Trabalho Amazônico - GTA

Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON  
Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC  
Instituto SincroniCidade pela Interação Social - ISPIS  
Instituto Socioambiental  
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM  
Mater Natura  
Movimento de Olho na Justiça - MOJUS  
Rede de Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade - REJUMA  
Rede de ONGs da Mata Atlântica  
Rede Brasileira de Ecosocialistas  
Revista Viração  
Sociedade Brasileira de Espeleologia  
Via Campesina Brasil  
WWF Brasil



### **O MEIO AMBIENTE PEDE SOCORRO**

Os servidores dos órgãos federais encarregados da proteção ao meio ambiente e regulação do uso dos recursos naturais têm encontrado grandes dificuldades para exercerem de forma eficiente as funções que seus cargos exigem. A responsabilidade é do próprio Governo.

A partir de decisões políticas e administrativas desprovidas de discussão ou planejamento com o conjunto dos servidores ou da sociedade, o Governo Federal adota um processo de enfraquecimento destes órgãos, por meio da utilização de estratégias como:

- Fragmentação do IBAMA e a sucessiva retirada de atribuições das autarquias. Foram criados novos órgãos como o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e o Instituto Chico Mendes de Proteção da Biodiversidade (ICMBio), fato que fragmentou a gestão ambiental pública, gerou distanciamento entre os servidores e dificuldades para execução integrada da Política Nacional do Meio Ambiente. Fechamento da maioria dos Escritórios Regionais do IBAMA, a partir de critérios subjetivos, com a evidente perda da capilaridade necessária ao controle ambiental;
- Corte sistemático de recursos para as atividades de fiscalização de crimes e outros ilícitos ambientais.
- Constantes intervenções políticas no setor de licenciamento ambiental, privilegiando somente as demandas dos empreendedores e reduzindo espaço para as demandas daqueles que sofrem com os impactos das grandes obras e empreendimentos poluidores.
- Falta de recursos para manutenção dos locais de trabalho, gerando condições inseguras ou insalubres para os funcionários e usuários dos serviços dos órgãos; Salários defasados e negociações salariais que beiram a falta de respeito no atendimento às demandas dos servidores. Não existe uma política de reajuste salarial que reponha as perdas inflacionárias acumuladas;
- Plano de Carreira defasado, onde não são reconhecidos direitos mínimos como as gratificações de atividade de risco e indenização de fronteira, para servidores que arriscam suas vidas diariamente em áreas isoladas e ambientes hostis, no exercício da função.

O enfraquecimento da área ambiental pelo Governo provoca a precarização das atividades dos órgãos federais, com conseqüente redução da eficácia no cumprimento de suas funções. A prestação de serviços ao cidadão fica comprometida, assim como o controle e a fiscalização ambiental, necessários a garantia constitucional de proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, direito de todos e necessário a sadia qualidade de vida.

Não à toa, o Brasil coleciona índices vergonhosos de desmatamento e emissão de gases estufa; está na rota internacional do tráfico de animais silvestres; avança com megaempreendimentos poluidores, geradores de impactos ambientais irreversíveis e desrespeita os direitos das populações indígenas, tradicionais e quilombolas; acumula perdas irreparáveis e irreversíveis em sua maior riqueza: a biodiversidade.

## Ameaça Ambiental Oficial

A FEEMA já foi órgão ambiental de referência internacional. No entanto em virtude de um **intencional processo de sucateamento material, moral e salarial de seu corpo técnico**, o que era para ser um importante instrumento na normatização, gerenciamento, licenciamento, monitoramento e fiscalização dos recursos naturais de nosso Estado, transformou-se nisso que tristemente acompanhamos pela mídia. Reafirmo que **o atual estado de sucateamento de um órgão ambiental da importância da FEEMA é INTENCIONAL**, principalmente para aqueles que tem o interesse principal de transformar as questões ambientais num exclusivo e grande balcão de negócios.

Associado a isso a miopia dos governantes estaduais que tem passado pelo palácio Guanabara tem sido revoltante, culminando no ano de 2003 na democrática garfada de 15% do total de 20% dos recursos provenientes dos royalties do petróleo que eram destinados ao FECAM, que em teoria deveriam ser usados na melhoria das condições ambientais de nosso estado, mas que na prática nunca se materializaram dessa forma.



Mario Moscatelli

## A relação entre a tragédia em Mariana e o abandono das instituições públicas ambientais

*É impossível não relacionar o maior desastre ambiental da história do Brasil com o caos total em que se encontram praticamente todos os órgãos públicos ambientais brasileiros. E não é surpresa que tal catástrofe tenha acontecido em Minas Gerais. Lá são desenvolvidas atividades de extrema degradação ambiental como a mineração, mas **não se pode esquecer do abandono em que se encontra a pasta ambiental no Estado.** (...) É evidente que a responsável é a mineradora Samarco. Porém essa responsabilidade é evidentemente compartilhada com o Estado. (...) Não há dúvidas de que o Estado é corresponsável direto pelos fatos ocorridos e isso tem sido comentado de forma muito superficial pela maioria dos veículos de comunicação.*

Não é difícil compreender os motivos que levam ao **sucateamento dos órgãos públicos ambientais no país.** É só imaginar como seria se as instituições fossem bem estruturadas e equipadas, se o quadro de servidores fosse composto por uma mão de obra especializada, bem treinada e motivada. Se existissem realmente condições satisfatórias para executar o que está descrito nos dispositivos legais. É óbvio que a situação seria outra, os órgãos conseguiriam atuar de forma eficaz e independente. **A administração pública inviabiliza o trabalho das instituições, para que estas se enfraqueçam e passem a atuar como representantes dos interesses escusos da classe política no poder em questão e de uma parcela da classe empresarial, sua financiadora.**

Meu objetivo profissional era atuar como servidor público em um órgão ambiental. Porém, após ter vivenciado a realidade de alguns órgãos de meio ambiente, percebendo que dificilmente a situação mudaria, acabei por solicitar minha exoneração. Acredito que posso contribuir de outra forma com a conservação dos recursos naturais e a efetivação do desenvolvimento sustentável.



Marcos Pedlowski

## **Sucateamento do Sistema Ambiental de Minas Gerais favorece empresas degradadoras**

No dia 05 de junho de 2014, Dia Internacional do Meio Ambiente, ambientalistas vêm denunciar o processo contínuo de **sucateamento das instituições ambientais** no Estado de Minas Gerais. Falta de pessoal qualificado, precarização dos vínculos de trabalho do corpo técnico, baixos salários, carência de equipamentos básicos para monitoramento e fiscalização ambiental, constrangimento a servidores e até mesmo episódios de corrupção envolvendo o ex-secretário de meio ambiente do Estado, são alguns aspectos que caracterizam o processo de desmanche dos órgãos ambientais no estado de Minas Gerais.

O sucateamento, no entanto, não impede que licenças ambientais sejam concedidas, a despeito da complexidade dos casos e da ausência dos meios para fiscalização e monitoramento.

A sociedade, indignada, exige a apuração das denúncias de corrupção, favorecimento de empresas, constrangimento de equipe técnica, a recuperação do sistema ambiental de Minas Gerais, a suspensão de novas licenças e reanálise das licenças já concedidas.

## Verba de fundo ambiental carioca despensa 80% em cinco anos

Na contramão do alerta trazido pelas mudanças climáticas, o Rio de Janeiro investe cada vez menos em ações ambientais. O valor total aplicado no Fundo de Conservação Ambiental despencou 80,3% na capital de 2008 a 2013 (passando de R\$ 83,7 milhões para R\$ 16,5 milhões).

Em 2014, foram aplicados R\$ 9,59 milhões em ações ambientais pelo fundo, o que representa 39% a menos em relação a 2013 (R\$ 15,74 milhões). Os números refletem a pouca vontade que gestores públicos têm tido com a área ambiental no Brasil, avalia Fernando Walcacer, vice-diretor do Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente da PUC-Rio.

Decreto nº 8447, de 6 de maio de 2015:  
Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA

*Incentivo a atividade econômica sem  
contrapartida ambiental*

O Matopiba, é a última fronteira agrícola mundial e representa 10% da produção de grãos no Brasil. É estratégico para o aumento da exportação agropecuária. Programa que objetiva “promover e coordenar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável fundado nas atividades agrícolas e pecuárias que resultem na melhoria da qualidade de vida da população”, é coordenado pelo Ministério da Agricultura e não conta com o MMA no Comitê Gestor.

- **Infraestrutura:** interligar as regiões por meio de rodovias, ferrovias, hidrovias e portos; e criar logística de armazenamento adequado;
- **Tecnologia:** expandir a produtividade por meio da pesquisa e da inovação;
- **Educação:** ofertar assistência técnica mensal, especialmente aos pequenos produtores, e realizar cursos de capacitação, a fim de prepará-los para a gestão no campo e aumentar a lucratividade.

Art. 1º § 2º O PDA-Matopiba orientará programas, projetos e ações federais relativos a atividades agrícolas e pecuárias a serem implementados na sua área de abrangência e promoverá a harmonização daqueles já existentes, observadas as seguintes diretrizes:

I - desenvolvimento e aumento da eficiência da infraestrutura logística relativa às atividades agrícolas e pecuárias;

II - apoio à inovação e ao desenvolvimento tecnológico voltados às atividades agrícolas e pecuárias; e

III - ampliação e fortalecimento da classe média no setor rural, por meio da implementação de instrumentos de mobilidade social que promovam a melhoria da renda, do emprego e da qualificação profissional de produtores rurais.



Mônica Cristina Brandão dos Santos Lima, pesquisadora da Faculdade de Ciências Médicas da UERJ, e outros dois colegas (Alexandre Pessoa Dias e Hermano Albuquerque de Castro) foram processados em 2011 por danos morais pela TKCSA (consórcio da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico e a Vale, inaugurado em 2010 e produzindo cinco milhões de toneladas/ano de aço), por divulgar suas pesquisas sobre os impactos ambientais e à saúde humana que a poluição emitida pelo complexo siderúrgico está causando em Santa Cruz, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

Em 2012, a Comissão de Direito Ambiental da OAB/RJ prestou apoio jurídico aos profissionais processados e a siderúrgica retirou os processos.





Agentes ambientais federais foram cercados e feitos reféns pela população de Novo Progresso (PA) , em função dos trabalhos da Operação Boi Pirata, em agosto de 2009.



## MILITÂNCIA

Vilmar Berna, em seu terraço com vista para a Baía de Guanabara. Ameaçado de morte, ele encontrou o cadáver de um desconhecido na porta de casa



## A CORAGEM DE NÃO SE CALAR

Vilmar Berna, jornalista, editor do portal e da *Revista do Meio Ambiente*

**P**ara proteger a natureza, o jornalista Vilmar Berna sujou o pé em lamas onde poucos se arriscam a pisar – como quando se embrenhou na Floresta da Tijuca para medir o impacto ambiental do treinamento dos garotos do tráfico, no Rio de Janeiro. Aos 50 anos, o editor da *Revista do Meio Ambiente* ganhou oito prêmios, entre eles o Global 500 da ONU, um dos mais importantes na área. Mas acumula também ameaças de morte – cinco, ao todo. Na última, há três meses, encontrou o cadáver de um desconhecido na porta de sua casa, em Niterói. Berna fez queixa à polícia e aumentou a segurança, mas não se calou. “Não consigo não ver, não falar”, diz. ▶



Biólogo Mário Moscatelli, forçado a exilar-se na Alemanha nos anos 80 quando foi chefe do Departamento de Controle Ambiental da Prefeitura de Angra dos Reis (RJ) para fugir das ameaças de morte, por causa da sua luta pelos manguezais ameaçados pela especulação imobiliária



Ornitólogo e ambientalista Jorge Albuquerque, criador da Campanha "Não à fosfateira em Anitápolis", região serrana de Santa Catarina, foi agredido por funcionários da Bunge durante uma audiência pública no dia 5 de fevereiro de 2009



Michèle Sato, ameaçada de morte em 2006 por causa da sua luta contra o desmatamento em Mato Grosso

## Fiscais do IBAMA sofrem emboscada durante ação no Pará

Dois homens armados emboscaram fiscais do IBAMA e do ICMBio na manhã do dia 28 de março de 2012 em Cachoeira da Serra, distrito de Novo Progresso, Pará. Houve tiroteio com policiais ambientais que escoltavam os fiscais, mas ninguém ficou ferido. Os suspeitos, que fugiram depois da troca de tiros, estavam com coletes à prova de balas e máscaras e não foram identificados. A emboscada ocorreu após duas caminhonetes dos fiscais serem obrigadas a parar devido a troncos dispostos na estrada que impediam o avanço. Os agentes estavam na região há duas semanas em uma operação de combate ao desmatamento ilegal.

Hugo Américo Schaedler, gerente do IBAMA em Santarém, diz que o risco é permanente nessa região. Desde 2007 os agentes que atuam no combate a crimes ambientais em Altamira vêm sendo vítimas de “táticas de guerrilha, tomadas de pontes para evitar que os agentes passem com os bens apreendidos e retenção de fiscais por algumas horas nas áreas de operação. Se estivéssemos sem armamento nessa emboscada, poderia ter sido uma tragédia contra nossos servidores.”



# Analista ambiental do ICMBio sofre atentado

No dia 9/4/13, uma bomba foi jogada na casa da servidora, que trabalha na Área de Proteção Ambiental Cairuçu, em Paraty, no sul fluminense. O caso está sendo investigado pela Polícia Federal.

Não é a primeira vez que um servidor da APA Cairuçu sofre retaliações. Em 2007, o então gestor Marcelo Pessanha, após receber ameaças por telefone, teve a casa invadida de madrugada, embora nada tenha sido levado. Em 2008, outra servidora teve o carro incendiado criminalmente e em julho de 2012 ela teve outro carro incendiado. Com medo, pediu transferência para outra unidade.

Eduardo Godoy, chefe da APA desde 2009, explicou que o principal problema é com o cumprimento do plano de manejo, que não permite edificações, como bares, restaurantes e pousadas. Ao coibir o uso ilegal da unidade, começaram as intimidações. O grande valor turístico da região se tornou a principal causa de conflitos. “O cumprimento da legislação afeta muitos interesses”, afirmou Godoy. E as ameaças verbais se tornaram rotina para os seis analistas que trabalham na unidade de conservação.

## Agentes ambientais sofrem emboscada em Rondônia

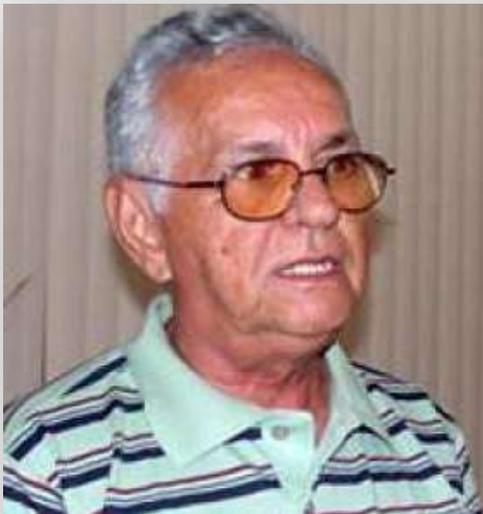
Nove policiais do Batalhão Ambiental e três fiscais do IBAMA foram cercados por um grupo armado no dia 28 de maio de 2015, em União Bandeirantes, distrito de Porto Velho, durante a operação Onda Verde. Cerca de 60 pessoas tentaram impedir a apreensão do maquinário utilizado na exploração ilegal de madeira na terra indígena Karipuna.





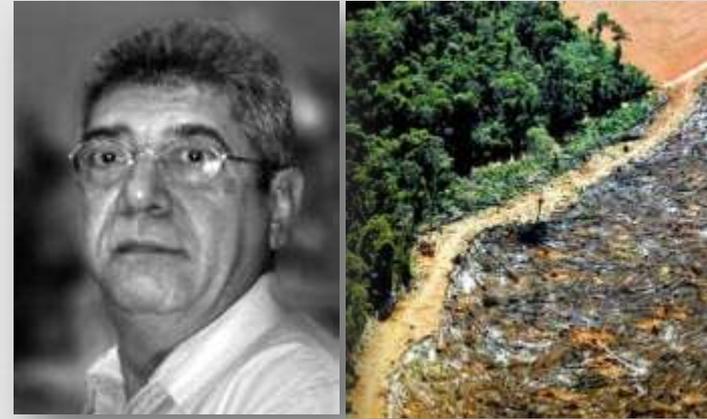
FUNDAÇÃO RIO PARNAÍBA - FURPA

Na tarde do dia 20 de junho de 2011, três elementos fortemente armados invadiram a residência do ambientalista Francisco Soares, presidente da Fundação Rio Parnaíba e conselheiro do CONAMA, para uma tentativa de assassinato. Desde 2007 Soares vem denunciando o desmatamento irregular, carvoarias e grilagem de terras no sul do Piauí, na região da Serra Vermelha. Na semana anterior, a Ministra do Meio Ambiente, Izabela Teixeira, determinou o envio da Polícia Federal e fiscais do IBAMA e ICMBio à região para apurar os crimes ambientais denunciados, o que pode ter contribuído para desagradar os exploradores da região.





Dionísio Júlio Ribeiro, guarda florestal aposentado da Reserva Biológica do Tinguá e criador do Grupo de Defesa da Natureza, assassinado por palmeiros em 22 de fevereiro de 2005 em Nova Iguaçu (RJ)



Luiz Carlos Farias Martins, fiscal da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Cuiabá e fundador da Associação Mato-Grossense de Ecologia, assassinado em Cuiabá em outubro de 2007, enquanto autuava uma queimada irregular



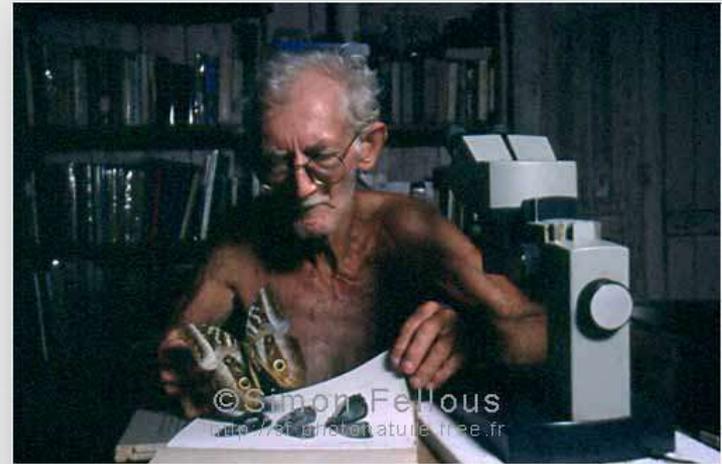
Fiscal do IBAMA Isaias Coelho de Souza, assassinado em março de 2008 em Marabá (PA) na porta de sua casa, como vingança por ter multado e fechado uma madeireira ilegal da cidade



Biólogo Paulo César Vinha, ambientalista de Guarapari (ES), assassinado em abril de 1993 por Ailton Barbosa Queiroz (condenado a 16 anos de prisão), porque lutava contra a extração ilegal de areia em Vila Velha



Antonio Conceição Reis, presidente do Grupo Ecológico Nativo de Itapuã (BA), assassinado em Salvador em 9 de julho de 2007, por lutar contra a invasão das dunas e a destruição da Lagoa do Abaeté



Ambientalista francês Pierre Edward Jauffret, assassinado em 14 de dezembro de 2009 na sua casa, dentro da RPPN em Santo Antônio do Tauá (PA)



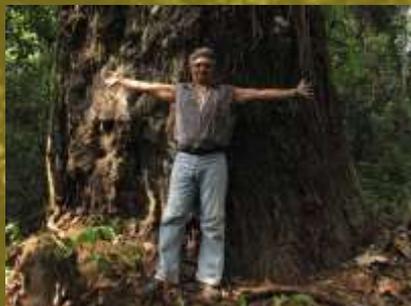
José Maria Filho, presidente da Associação Comunitária São João do Tomé, Chapada do Apodi, assassinado em 21 de abril de 2010, por lideranças do agrohidronegócio em função de sua luta contra o agrotóxico



No dia em que seria votada a alteração do Código Florestal, 24 de maio de 2011, o castanheiro e líder ambientalista José Claudio Ribeiro da Silva, foi assassinado junto com sua esposa, Maria do Espírito Santo da Silva. Foram emboscados a mando de madeireiros quando voltavam para casa, no Assentamento Agroextrativista Praia Alta Piranha, Nova Ipixuna, sudeste do Pará.



“A mesma coisa que fizeram no Acre com Chico Mendes, querem fazer comigo”



“Eu vivo com a bala na cabeça. Posso estar hoje aqui conversando com vocês e, daqui a um mês, vocês podem receber a notícia de que eu desapareci”



# Lideranças da AHOMAR assassinadas em junho de 2012

Compas,

Militantes do Grupo Homens do Mar da Baía da Guanabara exterminados: O pescador Almir foi encontrado morto, com as mãos amarradas nas costas, tendo marcas nítidas de execução. Pituca, que também é fundador da Associação e único articulador da resistência da pesca artesanal na Ilha de Paquetá continua desaparecido. São lutadores que enfrentam grandes empreendimentos, como CSA, Comperj/Petrobras e muitos deles, estão marcados para morrer. O assassinato de Almir e o desaparecimento [triste expressão] de Pituca confirmam isso.

Precisamos organizar com urgência reunião com movimentos, parlamentares, partidos, universidades, ABI, OAB, objetivando organizar a denúncia e exigir a apuração do assassinato brutal e cruel de Almir. Proponho reunião emergencial nesta quarta ou no mais tardar quinta feira no final da tarde. O importante é a reunião sair logo, insisto, no mais tardar quinta. A reunião poderia ser na sede da Justiça Global. Sugiro também conversa com Marcelo Freixo para que nos ajude na denúncia internacional. Seria importante também a presença do Chico Alencar para repercutir em Brasília. Precisamos agendar audiência com o governador e ou com o secretário Beltrame, exigindo segurança aos demais compas e a pronta apuração dos facínoras e seus mandantes e com a Secretaria de Direitos Humanos do governo federal, agendando com a ministra Maria do Rosário.

Abraços tristes, Roberto



Roberto Leher



Alexandre Anderson de Souza, presidente da AHOMAR, vive com sua família sob a guarda do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, vivendo 24 horas por dia com escolta policial desde 2009.



João Luiz Telles Penetra



Almir Nogueira de Amorim

Duas outras lideranças da AHOMAR que lutavam contra a Petrobrás, Paulo Santos Souza e Márcio Amaro, também foram assassinados, respectivamente em 2009 e 2010.

## **Ambientalista que denunciava madeireiras ilegais é assassinado no Maranhão**

Mais uma pessoa dedicada a proteger a floresta foi assassinada no país. Raimundo Santos Rodrigues era conselheiro da Reserva Biológica do Gurupi, no Maranhão, sofreu emboscada e foi morto a tiros quando chegava em casa no Povoado Rio das Onças na tarde de terça-feira (26/08/15). Raimundo sofria ameaças de morte por denunciar madeireiras ilegais que atuam na região.





No dia 17 de junho de 2016, o policial João Luiz de Maria Pereira foi morto durante operação de combate ao desmatamento e garimpo, por madeireiros que agem ilegalmente dentro da Floresta Nacional de Jamanxim, em Novo Progresso, Pará.

A operação do IBAMA contava com o apoio da Secretaria de Segurança Pública do Estado. A emboscada ocorreu por volta das 15:30h, numa estrada conhecida como Vicinal da Francy, a cerca de 80 quilômetros da área urbana de Novo Progresso. Na véspera da emboscada, a mesma equipe havia apreendido um trator, um caminhão e várias motosserras que pertenceriam aos invasores.

Segundo o IBAMA, o ataque foi uma retaliação pela ação dos agentes no local. Em entrevista, Jair Schmitt, coordenador geral de Fiscalização Ambiental do IBAMA, afirmou que a equipe do órgão já vinha sendo ameaçada por criminosos. *"Hoje, a Flona de Jamanxim é uma das mais violentas da Amazônia e essa região tem assassinos profissionais envolvidos com desmatamento no garimpo e na grilagem de terras públicas. Existem investigações da Polícia Federal e do próprio IBAMA que demonstram todo esse cenário de criminalidade"*, afirma.

*"O assassinato na Flona do Jamanxim é resultado da ação do crime organizado no eixo da BR-163, com o objetivo de deter a atuação legítima do IBAMA e seus parceiros na Operação Onda Verde. Lamentamos profundamente a morte do sargento João Luiz, que resultará em uma atuação ainda mais firme do Estado brasileiro contra aqueles que lucram com a destruição do patrimônio ambiental do país"*, afirmou o diretor de Proteção Ambiental do Ibama, Luciano Evaristo.

## Mais um ambientalista é assassinado na Amazônia

Uma dupla de assassinos executou, nesta quinta-feira (13/10/16), o secretário de Meio Ambiente de Altamira (PA), Luís Alberto Araújo, 54 anos. A execução ocorreu diante dos seus familiares, quando chegavam ao condomínio em que moram. Os assassinos fugiram e ainda não há informações sobre sua identidade ou dos mandantes.

Araújo também foi secretário de Meio Ambiente em São Felix do Xingu, onde liderou um pacto para promover o cadastramento ambiental da quase totalidade das propriedades rurais. Por isso, acabou se indispondo com grileiros e desmatadores ilegais, que passaram a ameaçá-lo. Em Altamira, Araújo conduziu os esforços pela instalação do saneamento urbano e o licenciamento do aterro sanitário da cidade. Também conseguiu implantar o cadastro ambiental em áreas tradicionalmente resistentes. Sua gestão foi marcada pela isenção e seriedade na aplicação da legislação ambiental. “Altamira perde um excelente gestor, sempre disposto a reivindicar o cumprimento das condicionantes socioambientais pelos responsáveis da construção da usina de Belo Monte e a prestar apoio às populações ribeirinhas e a outros segmentos afetados”, lembra Rodrigo Junqueira, coordenador do Programa Xingu do ISA.

O assassinato engrossa a alarmante contabilidade dos assassinatos de militantes socioambientais na Amazônia, sem paralelos em outros lugares do mundo.

# Environmental history timeline

HOME

ABOUT

ANCIENT

ENLIGHTENMENT

INDUSTRIAL

PROGRESSIVE

20TH CENTURY

21ST CENTURY

PEOPLE



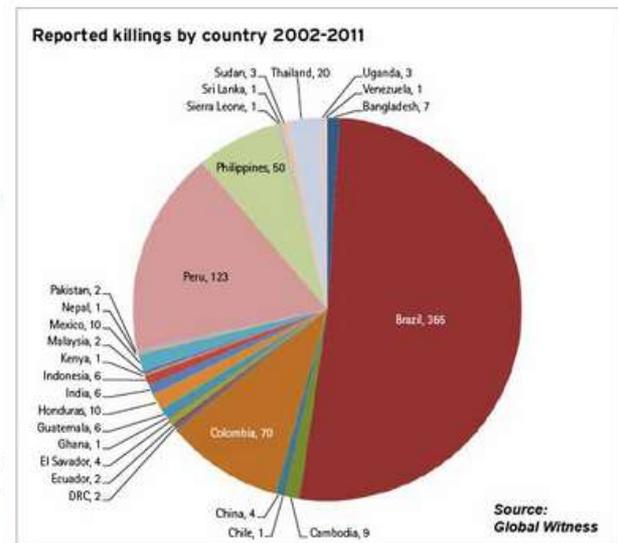
## Environmental murders

“We all stand before history.” — Ken Saro-Wiwa, executed for environmental advocacy, Nigeria, Nov. 10, 1995.

An extraordinary number of environmental activists and journalists covering the environment have been deliberately murdered in recent years. This list (below) was compiled through searches of databases of Environmental Health News, Lexis-Nexis, Amnesty International and many other non-governmental organizations along with Google and other public databases.

The list focuses on actual murders and verified incidents by year. It excludes deaths in protests, although a report by Global Witness does include killing of environmentalists at protests by government or industry officials.

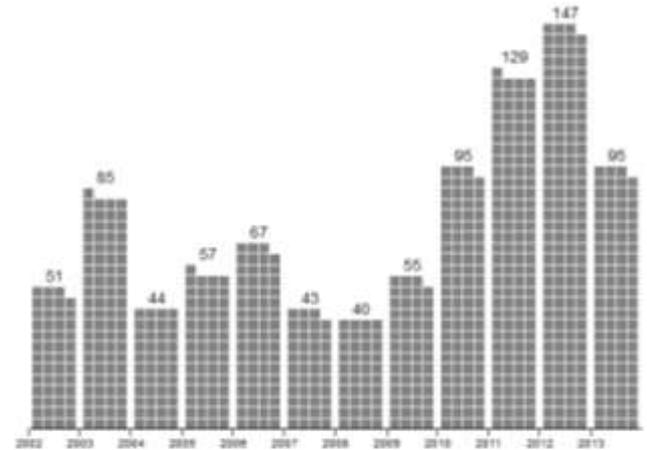
The years 2011 and 2012 represent a statistically significant peak in environmental murders compared with previous years. The question, of course, is why are we seeing this trend? Is it an artifact of an expanding global culture, with greater communications links between developed and developing worlds? Or, on the other hand, are these deaths a consequence of a new global rush for the last remaining timber and mining resources, and a new ruthlessness on the part of oil, timber and mining companies? It could be both. Global Witness and other organizations are calling for an international investigation.





global witness

# DEADLY ENVIRONMENT



DEAD FRIENDS OF THE EARTH: KILLINGS OF PEOPLE PROTECTING LAND AND ENVIRONMENTAL RIGHTS ARE INCREASING.\*

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL
ARGENTINA							1		3	1	3		7
BRAZIL	61	74	19	39	39	39	38	27	84	28	86	84	448
CAMBODIA				1	1	2			1		2		11
CHAD											1		1
CHILE	1												1
CHINA				2		1				1			5
COLOMBIA				1					1	27	8	16	53
CONGO, DR									1		4		5
COSTA RICA												1	1
ECUADOR	1									1			2
EL SALVADOR								2		1			3
GHANA				1									1
GUATEMALA	2							1	3		6	8	21
HONDURAS	2				2	1	2	1	20	26	29	11	100
INDIA						2	1		1	3			6
INDONESIA						1			2	2			5
KAZAKHSTAN												1	1
KENYA					1								1
MALAYSIA						1							1
MEXICO		2		2	2	2	1	7	1	4	10	3	40
NEPAL								1					1
NICARAGUA										2		1	3
PAKISTAN								1		2		1	4
PANAMA										1		1	2
PAPUA NEW GUINEA												2	2
PARAGUAY											10		10
PERU	1	1	2	1	3	1	3	3	3	11	15	6	58
PHILIPPINES		1		4	14	2	2	4	9	6	10	7	62
RUSSIAN FEDERATION							1						1
SIERRA LEONE										1			1
SRI LANKA										1			1
SUDAN					1								1
THAILAND	4	2	2	1					1	1	2	1	16
UKRAINE									1		1		2
VENEZUELA		1										1	2
<b>TOTAL</b>	<b>51</b>	<b>85</b>	<b>44</b>	<b>57</b>	<b>67</b>	<b>43</b>	<b>40</b>	<b>55</b>	<b>95</b>	<b>129</b>	<b>147</b>	<b>95</b>	<b>1008</b>

THE DRAMATIC RISE IN  
KILLINGS OF ENVIRONMENTAL  
AND LAND DEFENDERS  
— 1.1.2002–31.12.2013 —

## Brasil foi o país com maior número de ambientalistas assassinados em 2014

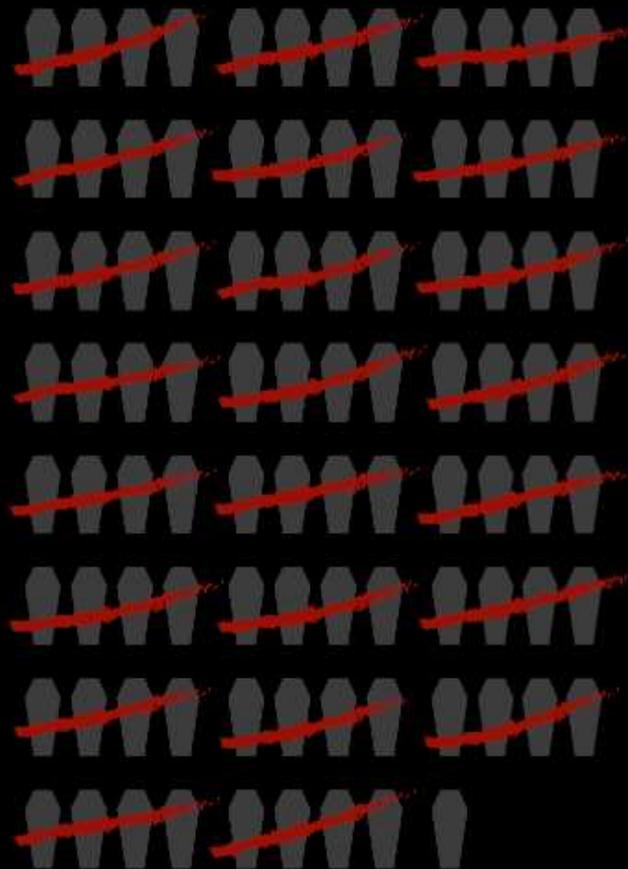
Um relatório da ONG Global Witness divulgado em abril de 2015 afirma que o Brasil foi o país com o maior número de ambientalistas assassinados em 2014. Foram registradas 29 mortes no país.

Ao todo, foram documentadas 116 mortes de ambientalistas em 17 países. No ranking de violência contra os ativistas, o Brasil é seguido por Colômbia, com 25 mortes, Filipinas, com 15 mortes e Honduras, com 12 mortes. Globalmente, mortes de ativistas ambientais alcançaram uma média de mais de duas por semana em 2014, crescimento de 20% frente ao ano anterior. A maioria das mortes está relacionada a conflitos na agricultura, na mineração e no estabelecimento de usinas hidrelétricas. Cerca de 40% das vítimas eram indígenas.

Governos na América Latina não estão tratando esse problema com seriedade. Níveis de impunidade são muito altos e os perpetradores ficam livres.



global witness



# ¿CUÁNTOS MÁS?

El medio ambiente mortal de 2014: intimidación y asesinato de activistas ambientales y de la tierra, con Honduras en primer plano

Clique aqui e curta nossa página no Facebook!

EL PAÍS

ESPAÑA | AMÉRICA | BRASIL | CATALUNHA

NEWSLETTER

ASSINE



EL PAÍS

A CRISE POLÍTICA  
NO BRASIL

GOVERNO TEMER | NOTÍCIAS | A LINHA SUCESSÓRIA | IMPEACHMENT DILMA ROUSSEFF | JULGAMENTO AO VIVO



CLAUDIO ANGELO | JORNALISTA E ESCRITOR >

## “Temer vai tocar uma agenda antiambiental pesada”

Autor de livro sobre aquecimento global prevê ofensiva para flexibilizar licenciamento ambiental



FLÁVIA MARREIRO

São Paulo - 23 MAI 2016 - 17:13 CEST

O jornalista e escritor Claudio Angelo transformou sua década e meia de experiência cobrindo a complexa engrenagem política e ambiental em torno da [crise climática](#) em *A espiral da morte*, lançado em março pela Companhia das Letras. O apreço pela abrangência e o sarcasmo presentes na obra ele usa para, na entrevista abaixo concedida por e-mail, fazer tanto um balanço do Governo Dilma Rousseff em matéria de meio ambiente como uma previsão sombria do mandato do interino [Michel Temer](#) na área. Angelo é diretor de comunicação do Observatório do Clima, uma rede de 41 organizações da sociedade civil, e está acostumado a seguir as negociações em Brasília. Ainda assim, ele se mostra especialmente preocupado com o legado que a conjuntura atual pode deixar: "O Executivo e o Legislativo estão imunes à pressão que não seja de seus doadores. Deixaram de responder à sociedade".

*“Fiz uma averiguação sobre o Congresso a fim de levantar os deputados e senadores que fizeram parte das Comissões de Meio ambiente dessas duas casas. E descobri que o agronegócio era um dos maiores financiadores de campanha desses parlamentares.*

*Também constatei que grandes nomes do agronegócio, como a Kátia Abreu, presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, fazem campanha de arrecadação de dinheiro para financiar a bancada ruralista. O objetivo é eleger deputados e senadores que cumpram a agenda do agronegócio no Congresso Nacional. Observamos que nas campanhas eleitorais dos parlamentares estudados, atuaram como financiadoras empresas ligadas ao agronegócio e que respondem a processos ambientais e trabalhistas. Foi também possível constatar a desigualdade de forças entre o grupo ‘anti-ecológico’ e o grupo ambientalista”.*

**Se os parlamentares são financiados pelo setor primário da economia, vão defender qual interesse?**



Inny Accioly

**E onde entra a Educação Ambiental  
nesse quadro?**

**ENQUADRAMENTO  
TEÓRICO (tipo ideal  
weberiano) DAS**

**MACRO-TENDÊNCIAS  
DA EDUCAÇÃO  
AMBIENTAL  
BRASILEIRA**



# CONVENCIONAL EDUCAÇÃO AMBIENTAL ALTERNATIVA

Mudança Cultural

**Função Moral da Educação:**  
processo de socialização humana ampliada à Natureza

Auto-restrição comportamental:  
ética ecológica

Crise Ambiental

Plano Simbólico: valores

Utopia: construção do futuro

Natureza (agredida) como Bem em si com valor intrínseco

A – histórica, conteudista e comportamental

Cultura e Tecnologia na mediação Humano e Natureza

Sociedade apaziguada: primado do indivíduo e homem genérico

Mudar a visão do mundo

Mudança Social

**Função Política da Educação:**  
instrumento ideológico de reprodução social

Regras de convívio social:  
cidadania e política

Luta Ambiental

Plano Material: interesses

Ideologia: vivência do presente

Natureza (explorada) como recurso com valor de uso

Contextualizada e problematizadora

Trabalho na mediação entre Sociedade e Natureza

Sociedade conflituosa: sujeitos sociais específicos

Mudar a ação no mundo

**Ação Individual**  
**Esfera Doméstica**  
**Vida Privada**

**Ação Coletiva**  
**Esfera Pública**  
**Vida Política**

*“Eu vou amar e limpar a Natureza”*

**MUDANÇA AMBIENTAL**

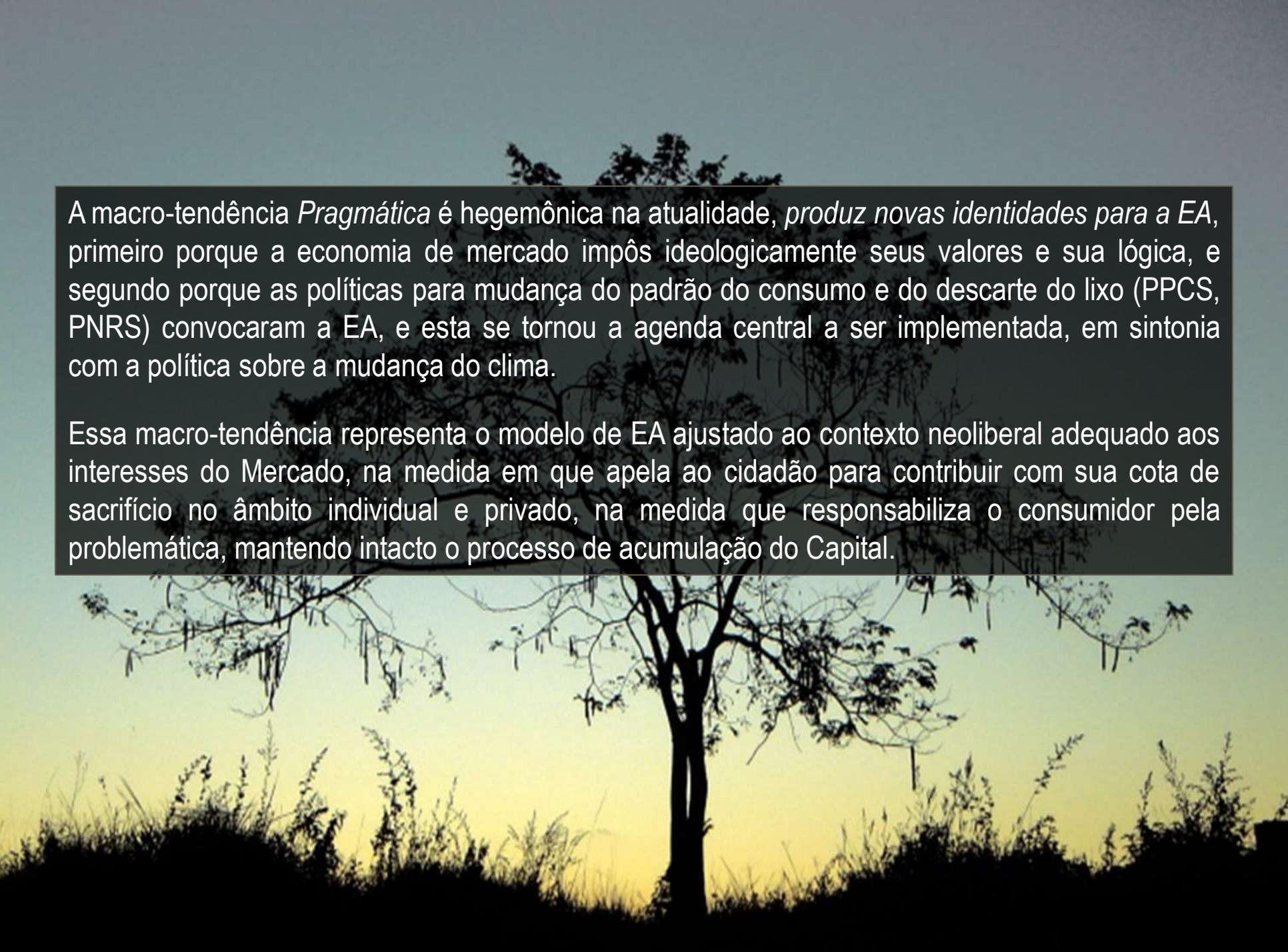
*“Nós não vamos permitir a exploração predatória do Ambiente”*

# A MACRO-TENDÊNCIA CONSERVACIONISTA

- Se expressa por meio das correntes conservacionista, naturalista, da Alfabetização Ecológica e do Movimento *Sharing Nature*.
- Hoje é atualizada ampliando-se sob outras expressões que vinculam a EA à “pauta verde” conservacionista, como ecoturismo, biodiversidade, unidades de conservação, biomas específicos e algumas dinâmicas agroecológicas e de senso percepção.
- Apóia-se nos princípios da ecologia, na valorização da Vida e da dimensão afetiva em relação à natureza, no desenvolvimento humano e na mudança do comportamento individual em relação ao ambiente baseada numa mudança cultural que relativize o antropocentrismo.
- É uma tendência histórica, forte e bem consolidada entre seus expoentes, apesar de ter deixado de ser hegemônica desde o início dos anos 90.
- Adota uma perspectiva majoritariamente *ecológica* dos problemas ambientais e se distancia das dinâmicas sócio-políticas e seus conflitos de interesses e de poder na luta ambiental. Aponta para mudanças *culturais* relevantes, mas que dificilmente podem ser concretizadas sem que também se questione a estrutura social vigente e se transformem as bases econômicas e políticas da sociedade.

# A MACRO-TENDÊNCIA PRAGMÁTICA

- Abrange as correntes da Educação para o DS e para o Consumo Sustentável.
- Essa tendência que responde à “pauta marrom” por ser urbano-industrial; antes focada na coleta seletiva e reciclagem do lixo, se amplia para o Consumo Sustentável e converge com a Economia Circular e Ecologia Industrial.
- Apóia-se nas tecnologias limpas, eco-eficiência, gestão ambiental, mercados verdes, serviços ecossistêmicos, racionalização do consumo, criação de indicadores de sustentabilidade, etc.
- É expressão do ecologismo de mercado (poderia apresentar uma leitura crítica da realidade se efetuasse reflexão sobre o ritmo de geração *per capita* de lixo, determinado pelo modelo de produção industrial advindo do pós-guerra, pautado pelo consumismo e obsolescência planejada. Mas sua trajetória apontou para um viés pragmático, na lógica do Conservadorismo Dinâmico e da Compensação do Risco para corrigir uma “imperfeição” do modelo: o aumento do lixo que necessariamente deve ser reciclado para manter o crescimento da economia).
- Concebe meio ambiente como um conjunto de recursos naturais em esgotamento e destituído de componentes sociais, combate o desperdício e ressignifica o lixo que passa a ser concebido como resíduo a ser reinserido no metabolismo industrial.
- Adota uma perspectiva majoritariamente *tecno-gerencial* dos problemas ambientais e se distancia das dinâmicas sócio-políticas e seus conflitos de interesses na luta ambiental. Aponta para mudanças *tecnológicas* relevantes, mas que dificilmente podem ser concretizadas sem que também se questione a estrutura social vigente e se transformem as bases econômicas e políticas da sociedade.

A silhouette of a tree with long, thin branches and leaves, set against a bright yellow and orange sunset sky. The tree is centered in the frame, with its branches extending towards the top and sides. The foreground shows some dark, silhouetted vegetation.

A macro-tendência *Pragmática* é hegemônica na atualidade, *produz novas identidades para a EA*, primeiro porque a economia de mercado impôs ideologicamente seus valores e sua lógica, e segundo porque as políticas para mudança do padrão do consumo e do descarte do lixo (PPCS, PNRS) convocaram a EA, e esta se tornou a agenda central a ser implementada, em sintonia com a política sobre a mudança do clima.

Essa macro-tendência representa o modelo de EA ajustado ao contexto neoliberal adequado aos interesses do Mercado, na medida em que apela ao cidadão para contribuir com sua cota de sacrifício no âmbito individual e privado, na medida que responsabiliza o consumidor pela problemática, mantendo intacto o processo de acumulação do Capital.

# A MACRO-TENDÊNCIA CRÍTICA

- Abrange as correntes da EA Popular, Emancipatória, Transformadora e no Processo de Gestão Ambiental. É a única que declara pertencimento a uma filiação político-pedagógica.
- Construída em oposição às conservadoras no final dos anos 80, é resultado da insatisfação com o predomínio de práticas educativas despolitizadas que investiam apenas em crianças nas escolas, em ações individuais e comportamentais no âmbito doméstico e privado, de forma a - histórica, conteudista, instrumental e normativa; e da discordância com o paradigma hegemônico que considera o ser humano como um ente abstrato, reduzindo-o à condição genérica de causador e vítima da crise/problema ambiental.
- Se nutre do pensamento Freireano, Educação Popular, Teoria Crítica, Marxismo e Ecologia Política. Por ter um viés sociológico, interage com conceitos-chave como Política, Ação Coletiva, Esfera Pública, Cidadania, Conflito, Democracia, Emancipação, Justiça, Transformação Social, Participação e Controle Social, entre outros.
- Concebe o problema ambiental associado ao conflito social e inclui no debate pedagógico a reflexão sobre os mecanismos de acumulação do capital e da reprodução social a partir do acesso e usufruto dos recursos naturais.
- Apresenta uma abordagem pedagógica contextualizadora e problematizadora que destaca as contradições do modelo de desenvolvimento, do sistema econômico e dos mecanismos de acumulação do Capital, politiza o debate ambiental, articula as diversas dimensões da questão ambiental e busca o enfrentamento político-pedagógico por meio da Pedagogia do Conflito e da Indignação, visando a superação da desigualdade e injustiça socioambiental.

# Qual Educação Ambiental para o Anti-Ecologismo?

- A EA concebe a '*questão*' ambiental como uma '*luta*' ambiental?
- Está debatendo a atual ofensiva neoliberal?
- Está debatendo o modelo de desenvolvimento?
- Está debatendo o modo de apropriação do território e os impactos ambientais do setor produtivo primário?
- Está debatendo os limites da sustentabilidade no contexto das *commodities*?
- Está debatendo a desregulação ambiental pública?
- O Anti-Ecologismo como um todo?
- Não está faltando à EA uma intencionalidade pedagógica também voltada ao exercício da cidadania ambiental, para a ação política e na esfera pública?

**Qual Educação Ambiental para o fim do ciclo ambiental?**